

Fernando Molica

A perna sem cabelos do ‘seu Jair’

O diálogo entre a policial Rita de Cássia Gaio Siqueira e Jair Bolsonaro sobre os danos por este causados à tornoeleira eletrônica se inclui entre os mais inacreditáveis da história política brasileira, de tão absurda e alegórico sobre os descaminhos do poder.

O fato de não haver imagens dos rostos dos protagonistas aumenta a dramaticidade e o ridículo da cena. A câmera está fechada no aparelho danificado e mostra um pedaço da canela do ex-presidente. A ausência das faces de Rita e de Jair permite que imaginemos as caras de ambos durante daquele interrogatório.

Diretora-adjunta da Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal, condeco-

rada pela Câmara Legislativa do DF por sua atuação na intentona do 8 de Janeiro, Rita de Cássia parece se dirigir a uma criança ou a um idoso já indefeso e com dificuldades de compreensão.

Com um sotaque que remete ao interior de São Paulo, ela usa um tom quase tatibitati para se dirigir àquele que, não faz tanto tempo assim, era a pessoa mais poderosa do país e que até hoje mobiliza milhões de apaixonados.

Enquanto fala, roda a tornoeleira de um lado para o outro, movimentos que geram e ressaltam marcas de flacidez na pele do homem idoso, de 70 anos, o “seu Jair”. O tom de voz é compreensivo, como quem ralha carinho-samente com uma criança que

quebrou um brinquedo ou com um velhinho que se perdeu ao caminhar a esmo pelas ruas.

É como se ela percebesse uma fragilidade no mesmo homem que, outro dia, louvava torturadores, queria fuzilar a petralhada, classificava de maricas os que alertavam para os riscos da covid, usava o pronome possessivo “meu” para falar do Exército, simulava o desespero dos que morriam sufocados. A perna mostrada no vídeo nada tem de cabeluda, parece ter ficado incapaz de distribuir chutes, deixou de ser como a do filme “O agente secreto”.

O mais impressionante é que ele aceitou ser tratado dessa forma pela policial, não demonstrou nada da agressividade e da arro-

gância que marcaram suas falas públicas.

Falou baixo, parecia constrangido, envergonhado de admitir — ainda mais para uma mulher — que fizera tamanha besteira. Agiu como quem pedia desculpas à mãe ou à netinha, e atribuiu seu gesto de danificar a tornoeleira a uma “curiosidade”. O Cavalão — seu apelido na academia militar — fraquejou, estava mais para matungo ou pangará.

Ao depor na audiência de custódia, Bolsonaro mudou sua justificativa para o gesto. Culpou uma combinação de remédios pelo que classificou de “alucinação”: achar que havia escuta na tornoeleira. Mais uma vez, tratou de terceirizar responsabilidades pelo que fez.

Sérgio Cabral*

País estranho

O jornalista Lauro Jardim, em sua coluna de ontem no jornal O Globo, publica uma informação estarecedora. O colunista nos informa que “as 60 casas de apostas autorizadas no Brasil, até ano passado, geraram, em média, 19 empregos cada... A cada R\$ 291 de receita das bets, apenas R\$ 1 se transforma em salário formal. Esses números são do inédito “Dossiê das Bets”, feito pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Iesp), com base em dados do Ministério do Trabalho e que será lançado em 2 de dezembro.

Que país estranho é o nosso. Os cassinos estão proibidos de existir formalmente desde que Dona Carmela Dutra, conhecida como Dona Santinha, mulher do marechal Eurico Gaspar Dutra, na condição de primeira-dama do país e cató-

lica fervorosa e conservadora, pressionou o marido que, em abril de 1946, decretou a sua proibição.

Cassinos geram muitos empregos diretos e indiretos. Basta ver Las Vegas, nos Estados Unidos, ou Macau, na China. Eventos, shows e uma série de entretenimentos giram em torno dos cassinos. São receitas substanciais para o poder público e milhares de empregos formais.

Já as bets eletrônicas geram, em média, 19 empregos diretos. Isso é um grande absurdo! Já é hora do legislativo brasileiro aprovar a legalização dos jogos no país. Enquanto isso não ocorre, há uma ilegalidade diária dessa atividade que gera precarização para aqueles que nela trabalham clandestinamente e o poder público

não arrecada absolutamente nada. Os brasileiros jogam em seus celulares freneticamente nas bets eletrônicas, enquanto os jogos presenciais são proibidos. Quantos destinos turísticos de nosso país poderiam estar se beneficiando com cassinos junto a hotéis, restaurantes e casas de espetáculos? Quantos turistas nacionais e estrangeiros estamos perdendo para países de todos os continentes?

O Brasil faz companhia a alguns países do mundo islâmico que proíbem cassinos, como Arábia Saudita e Indonésia. Mas mesmo entre os países muçulmanos, Egito e Turquia têm cassinos em plena atividade legal. E não precisa ir muito longe para pegar bons exemplos de regulamentação dos cassinos. A Colômbia criou sua comissão

que regula a atividade, Coljuegos, que é tida como uma das mais avançadas do mundo. Mas se quiser aprofundar a troca de experiências com a legislação de países mais amadurecidos nesse tema, as autoridades brasileiras têm a melhor referência no Reino Unido, a Gambling Commission.

Em votação apertada, a Câmara dos Deputados aprovou, há quase três anos, um projeto de lei que regulamenta o mercado de cassinos, bingos, jogo do bicho e plataformas digitais de apostas. A proposta está parada no Senado. Mas as plataformas digitais avançaram, se legalizaram e geram ridículos 19 empregos cada uma delas.

Que país estranho o nosso.

***Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho**

Pedro Guimarães*

O Rio celebra, o Brasil prospera

O Rio de Janeiro vive um momento de contrastes e oportunidades. Mesmo diante de desafios urbanos, o estado reafirma sua vocação de gerar prosperidade por meio da economia da cultura e do entretenimento. O setor de eventos se consolidou como um ativo social e econômico, capaz de mobilizar comunidades, impulsionar negócios e inspirar transformações.

Neste cenário, o APRESENTA SUMMIT 2025, que acontece em 24 de novembro, no Fairmont Copacabana, simboliza a maturidade e o profissionalismo do setor. O encontro reunirá grandes nomes do entretenimento para discutir o futuro da indústria de eventos e aprofundar o debate sobre novas formas de fomento e políticas de estímulo, como o Perse – Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos,

criado durante a pandemia para preservar empregos e a sobrevivência do setor.

De acordo com a ABRAPE, o segmento de cultura e entretenimento movimentou R\$ 68 bilhões entre janeiro e junho de 2025, o maior valor da série histórica iniciada em 2019. O país conta hoje com 600 mil empresas ligadas à cadeia produtiva, responsáveis por 5,5 milhões de postos de trabalho.

No Rio de Janeiro, cerca de 1,3 milhão de pessoas atuam direta ou indiretamente no setor, que movimenta R\$ 20 bilhões em massa salarial e gera R\$ 10 bilhões em impostos. Só o Carnaval 2025 injetou R\$ 5 bilhões na economia, com 98,6% de ocupação hoteleira, segundo o HotéisRIO. O Réveillon movimentou R\$ 3,2 bilhões, e o Rock in Rio, R\$ 2,9 bilhões.

O impacto vai muito além dos megashows. Eventos gastronômicos, literários, esportivos e

de negócios, festivais de música como Doce Maravilha, Rock The Mountain e o Festival Sesc de Inverno, além de equipamentos como Pier Mauá, Maracanã, centros de convenção e casas de espetáculos, reforçam um calendário com mais de 52 atividades econômicas integradas — um verdadeiro motor de desenvolvimento.

O fortalecimento da malha aérea e os investimentos em infraestrutura ampliaram a presença do Rio no mapa global do turismo e dos negócios. Segundo a Embratur, o Brasil recebeu 7,1 milhões de turistas estrangeiros entre janeiro e setembro de 2025, superando as metas do Plano Nacional de Turismo.

As conquistas recentes consolidam o novo momento da cidade. No World Travel Awards – América do Sul, o Rio foi eleito Melhor Destino da América do Sul, de Curta Viagem, de

Praia, de Festivais e de Entretenimento, além de abrigar o Melhor Hotel da América do Sul, o icônico Copacabana Palace.

Na agenda do APRESENTA SUMMIT, a Reforma Tributária terá destaque. O setor comemora a redução da alíquota para 60%, mas defende a ampliação do benefício a outros segmentos do turismo e atenção à transição que pode impactar leis de incentivo culturais e esportivas.

Mais que um encontro de profissionais, o APRESENTA SUMMIT 2025 reafirma o poder transformador do setor de eventos — um ecossistema que gera renda, inclusão e orgulho para o país. Quando o Rio celebra, o Brasil inteiro prospera.

***Pedro Guimarães é presidente da Apresenta – Associação dos Promotores de Eventos do Setor de Entretenimento e Afins.**

EDITORIAL

A falta de unidade na esfera ambiental

A fracassada negociação da COP30 em torno do fundo florestal e da eliminação dos combustíveis fósseis expôs, mais uma vez, o abismo entre discursos climáticos ambiciosos e a prática política tímida, quando não abertamente contraditória.

Em Belém, esperava-se que, diante da urgência dos alertas científicos e do agravamento dos eventos extremos, os países finalmente convergissem para compromissos claros. O que se viu, porém, foi um palco de interesses conflituosos, em que a pressa da emergência climática esbarrou na lentidão calculada da geopolítica.

O fundo florestal, apontado como mecanismo crucial para preservar biomas essenciais como Amazônia, Congo e Bornéu, tornou-se vítima da velha disputa entre Norte e Sul globais. Os países desenvolvidos insistiram em condicionar recursos a metas rígidas e auditorias extenuantes, enquanto os países em desenvolvimento exigiam financiamento previsível e não reembolsável, lembrando que grande parte do desmatamento histórico foi impulsionada justamente pela demanda global. O resultado foi um impasse que mina

a confiança e posterga ações essenciais.

Ainda mais simbólico foi o confronto sobre os combustíveis fósseis. Embora a ciência seja inequívoca sobre a necessidade de eliminá-los rapidamente, algumas nações produtoras bloquearam qualquer menção a “phase-out”, insistindo em expressões vagas como “redução gradual”.

A retórica do “realismo energético” serviu de cortina para manter intocados interesses econômicos imediatos, mesmo diante dos custos sociais e ambientais crescentes.

O fracasso da COP30 não significa apenas a ausência de acordos; ele revela a incapacidade de muitos governos de imaginar um futuro que não esteja aconcentrado ao passado. Enquanto líderes tratam o clima como moeda de troca, comunidades inteiras já pagam o preço da inércia.

A conferência que deveria simbolizar virada histórica terminou lembrando que, sem coragem política, nenhum avanço técnico ou diplomático é suficiente. O planeta, contudo, não negocia: apenas reage. A conta continuará chegando, e mais alta a cada ano.

Sustentabilidade além da narrativa

A cada nova conferência do clima, como a recente COP, renova-se o alerta de que o tempo para reagir ao impacto humano sobre o planeta está se esgotando. As decisões pactuadas nesses encontros internacionais não podem permanecer restritas a discursos diplomáticos. Elas precisam ser traduzidas em ações concretas dentro das empresas e instituições que moldam a economia e influenciam o cotidiano das sociedades.

O setor produtivo tem buscado associar sua imagem a práticas sustentáveis, mas ainda há uma distância evidente entre a narrativa publicitária e a realidade operacional. Sustentabilidade não é rótulo e não pode ser tratada como tendência passageira. É responsabilidade corporativa. É governança. E é estratégia de sobrevivência num mundo em que investidores, consumidores e reguladores já não toleram omissões.

As decisões da COP oferecem diretrizes sobre redução de emissões, eficiência energética e proteção de ecossistemas. O que falta é a disposição de incorporar esses compromissos ao núcleo da cultura organizacional. Isso significa rever processos, medir impactos, criar metas auditáveis e estabelecer políticas internas que resistam a mudanças de gestão. Significa, sobretudo, admitir que lucratividade e preservação ambiental não são forças opostas, mas complementares.

Empresas que integram a agenda sustentável ao seu planejamento descobrem que inovação e competitividade crescem quando a visão de longo prazo guia as escolhas. Instituições públicas que adotam critérios ambientais como princípio, e não como adereço, fortalecem sua legitimidade e cumprem seu papel diante da sociedade.

Opinião do leitor

Estátua

O técnico Carlo Lancelotti merecerá o céu, a Ordem do Rio Branco, a maior comenda do Brasil, afagos do Cristo Redentor, aumento salarial e estátua na CBF, caso a seleção brasileira conquiste o tão sonhado hexa. Se fracassar, não vejo razão para que Ancelotti permaneça técnico da seleção.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: JOSÉ AMÉRICO ASSUME MINISTÉRIO DA VIAÇÃO

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de novembro de 1930 foram: Juarez Távora e José Américo retomam da expedição do

Norte do país; Américo, que será o titular da Viação, mostrou como projetos e reorganização do Lloyd Brasileiro e a unificação das compa-

HÁ 75 ANOS: LEI DO INQUILINATO MOVIMENTA BASTIDORES DA CÂMARA

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de novembro de 1950 foram: Cresce a resistência soviética na Coreia, com apoio da

China Comunista. ONU decide confederar a Etiópia e a Eritreia sob a coroa etíope. Concluído o censo demográfico de Sergipe e Rio Gran-

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.